

01. São Atributos dos atos administrativos, EXCETO:

- A) exectoriedade
- B) presunção de legitimidade
- C) competência
- D) tipicidade

02. A lei 14.133/2021 estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Qual a nova modalidade licitatória introduzida pelo referido diploma legal?

- A) diálogo competitivo
- B) concurso
- C) fórum virtual
- D) chamada eletrônica

03. Sobre os Servidores Públicos, marque a alternativa INCORRETA:

- A) É proibido à União, Estados e Municípios contratarem pessoa física para prestar qualquer tipo de serviço, salvo por meio de concurso público.
- B) os servidores estatutários são ocupantes de cargos públicos providos por concurso público, de acordo com o art. 37, II, da constituição federal. São regidos por um estatuto, estabelecido em lei.
- C) os empregados públicos são ocupantes de emprego público. São também chamados de funcionários públicos, e contratados sob o regime da CLT.
- D) os servidores temporários são contratados para exercer funções temporárias, por meio de um regime jurídico especial, disciplinado em lei.

04. Constitui ato de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) que atentam contra os Princípios da Administração Pública, EXCETO:

- A) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades;
- B) negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei;
- C) revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado;
- D) frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva.

05. Acerca do Imposto de Renda, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) É imposto federal.
- B) O princípio da anterioridade tributária (art. 150, III, "b", CF/88) aplica-se ao Imposto de Renda.
- C) O princípio da anterioridade nonagesimal (art. 150, III, "c", CF/88) não se aplica ao Imposto de Renda.
- D) O Imposto de Renda, segundo a Constituição Federal, será informado pelos critérios da universalidade, abstração e progressividade.

06. Assinale a alternativa CORRETA acerca da competência tributária federal:

- A) A União poderá instituir, mediante lei ordinária, impostos residuais, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição Federal.
- B) Na iminência ou no caso de desastres naturais, a União poderá instituir impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.
- C) É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar a alíquota do imposto de importação de produtos estrangeiros.
- D) Compete à União instituir impostos sobre propriedade de veículos automotores.

07. Segundo o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Fato gerador da obrigação acessória é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- B) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei e a destinação legal do produto da sua arrecadação.
- C) A autoridade administrativa não poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.
- D) O sujeito passivo da obrigação principal diz-se contribuinte, quando tenha relação pessoal e indireta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

08. Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Compete privativamente ao Congresso Nacional avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.
- B) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;
- C) A lei poderá atribuir a sujeito ativo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.
- D) As taxas devem ter base de cálculo própria de impostos.

09. Pode-se corretamente afirmar que o menor de 17 anos de idade divorciado é:

- A) capaz.
- B) incapaz.
- C) relativamente incapaz.
- D) capaz, se foi expressamente requerida a não revogação da emancipação nos autos do processo de divórcio.

10. Em relação às pessoas jurídicas, marque abaixo a assertiva CORRETA:

- A) A proteção dos direitos da personalidade não se aplica, em hipótese alguma, às pessoas jurídicas.
- B) São pessoas jurídicas de direito público interno a União, os Estados, o Distrito Federal e os partidos políticos.
- C) São pessoas jurídicas de direito privado as organizações religiosas, os Municípios e as fundações privadas.
- D) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

11. Sobre a prescrição e a decadência, é INCORRETO afirmar:

- A) A prescrição intercorrente observará o mesmo prazo de prescrição da pretensão, observadas as causas de impedimento, de suspensão e de interrupção previstas no CPC.
- B) É nula a renúncia à decadência fixada em lei.
- C) Prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão de reparação civil.
- D) Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

12. Pode-se classificar o contrato de compra e venda como:

- A) bilateral, oneroso, formal e aleatório.
- B) oneroso, translativo, bilateral e comutativo.
- C) comutativo, unilateral, de execução simultânea e translativo.
- D) unilateral, translativo, oneroso e de execução diferida.

13. A respeito dos elementos da ação e dos pressupostos processuais, assinale a opção INCORRETA:

- A) O interesse do autor pode limitar-se à declaração de autenticidade de um documento.
- B) A legitimidade da parte e o interesse de agir são condições genéricas para o regular exercício da ação.
- C) As partes, a causa de pedir e o interesse processual são elementos da ação.

14. Acerca da sentença, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros.
- B) O juiz resolverá o mérito quando reconhecer a existência de coisa julgada.
- C) O processo será extinto sem resolução do mérito quando o juiz homologar a renúncia à pretensão formulada na ação.
- D) Publicada a sentença, encerra-se o ofício jurisdicional, sendo vedado ao juiz alterá-la em qualquer hipótese.

15. Marque a opção CORRETA no que tange à Lei de Mandado de Segurança:

- A) A sentença que denegar mandado de segurança, sem resolver o mérito, impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.
- B) Incide a condenação de pagamento em honorários advocatícios.
- C) Não é cabível o duplo grau de jurisdição.
- D) Considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática.

16. Sobre as regras de competência previstas no CPC e na CF/88, é CORRETO afirmar que:

- A) A conexão determina a reunião dos processos ainda que um deles já tenha sido sentenciado.
- B) Compete aos juízes federais processar e julgar os mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais.
- C) As partes podem modificar a competência em razão da matéria.
- D) Aos juízes federais de primeiro grau compete processar e julgar o crime político, mesmo que envolva autoridade com foro privilegiado por prerrogativa de função e ainda que praticado em contexto eleitoral.

17. Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos contemplados na Constituição Federal de 1988 podemos afirmar que:

- A) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, exceto quando necessário ao exercício profissional;
- B) São assegurados a todos, no âmbito judicial e administrativo, a mínima duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação, cuja fiscalização compete ao Tribunal de Contas da União;
- C) É garantido o direito de propriedade, mas em caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;
- D) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, e após autorização da autoridade competente, que providenciará a expedição de alvará.

18. Segundo o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, são direitos e garantias fundamentais do indivíduo, EXCETO:

- A) A igualdade em direitos e obrigações entre homens e mulheres;
- B) A solução pacífica dos conflitos;
- C) Proibição à prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;
- D) Inadmissibilidade, no processo, das provas obtidas por meios ilícitos.

19. Assinale a alternativa INCORRETA:

A) são legitimados a propor ação direta de inconstitucionalidade: o Presidente da República, o Governador de Estado, o Prefeito Municipal, o Presidente do CNJ e o partido político com pelo menos 20% de representação no Congresso Nacional;

B) A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal.

C) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;

D) São garantias dos juízes: a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de subsídio.

20. Analise as questões abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:

A) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

B) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios recusar fé aos documentos públicos;

C) a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

D) O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado, no âmbito da União, aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, independentemente do sexo.

21. Sobre o Juizado Especial Federal Cível, assinale a alternativa CORRETA.

A) É competente para processar, conciliar e julgar causas até o valor de quarenta salários mínimos.

B) No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é relativa.

C) Haverá prazo diferenciado para a prática de ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de quinze dias.

D) A citação das autarquias, fundações e empresas públicas será feita na pessoa do representante máximo da entidade, no local onde proposta a causa, quando ali instalado seu escritório ou representação; se não, na sede da entidade.

22. Quanto ao juizado especial cível, julgue os itens a seguir.

I. O juiz poderá extinguir o processo, independentemente de prévia intimação pessoal do autor, se este deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo.

II. Poderá o juiz deixar de aplicar os efeitos da revelia pelo não comparecimento do demandado à audiência de instrução e julgamento.

III. É vedado ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor.

IV. As provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, desde que requeridas previamente.

Estão CERTOS apenas os itens:

A) I e II.

B) I e III.

C) II e IV.

D) II e III.

23. Sobre o que prevê a Lei do Juizado Especial Federal, é CORRETO afirmar que:

A) Das decisões oriundas do processo que tramita pelo rito descrito nessa Lei, haverá reexame necessário.

B) É compatível com o procedimento dos Juizados Especiais Federais o pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

C) As partes poderão designar, por escrito, representantes para a causa, que necessariamente deverão ser advogados.

D) A entidade pública ré deverá fornecer ao Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, apresentando-a até a instalação da audiência de instrução e julgamento.

24. Compete ao Juizado Especial Federal Criminal processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo, assim consideradas, para os efeitos da Lei nº 10.259/2001, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a:

- A) 6 (seis) meses ou multa.
- B) 3 (três) meses ou multa.
- C) 2 (dois) anos ou multa.
- D) 1 (um) ano ou multa.

25. De acordo com o regime constitucional da seguridade social, compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos, EXCETO:

- A) Universalidade da cobertura e do atendimento;
- B) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- C) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- D) Irredutibilidade do valor dos benefícios, inclusive em face da inflação oficial;

26. Acerca do financiamento da seguridade social, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
- B) O segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social a competência cuja contribuição seja igual ou superior à contribuição mínima mensal exigida para sua categoria, assegurado o agrupamento de contribuições.
- C) Sem a correspondente fonte de custeio total, nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, podendo, no entanto, serem majorados ou estendidos.
- D) O segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social a competência cuja contribuição seja igual ou superior à contribuição mínima mensal exigida para sua categoria, vedado o agrupamento de contribuições.

27. Platão iniciou seu contrato de trabalho em 1.º de março de 2020, passando a efetuar suas primeiras contribuições à previdência social. Em julho de 2020, Platão sofreu um acidente durante um feriado em que não trabalhava, tendo, por isso, de ficar hospitalizado. No mês seguinte ao acidente, enquanto Platão ainda se encontrava hospitalizado, a sua esposa, de 39 anos de idade, deu entrada em pedido de auxílio-doença em benefício dele. Depois de três meses internado no hospital, Platão faleceu, em 15 de outubro de 2020, sem deixar filhos ou pais vivos. Em 15/03/2021, a viúva de Platão deu entrada no pedido de benefício perante o INSS.

Nessa situação hipotética, dado o óbito de Platão, a sua esposa poderá receber do INSS:

- A) Auxílio-doença, na qualidade de sucessora.
- B) Salário-família, devido a partir da data do acidente de Tício.
- C) Pensão por morte, devida a partir de 15/03/2021.
- D) Pensão por morte, devida a partir de 15/10/2020.

28. Conforme previsto na Lei nº. 8.213/91, período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências. No entanto, independe de carência a concessão das seguintes prestações:

- A) Salário-maternidade para as seguradas empregada, trabalhadora avulsa e rural.
- B) Auxílio-acidente para o segurado facultativo.
- C) Reabilitação profissional.
- D) Salário-maternidade para a segurada facultativa.

29. Assinale a afirmativa INCORRETA:

- A) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que seja outro o momento do resultado.
- B) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte.

- C) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, exceto quando outro o momento do resultado.
D) Considera-se praticado o crime no lugar onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

30. Acerca do concurso de pessoas, é CORRETO afirmar:

- A) as circunstâncias e as condições de caráter pessoal não se comunicam, salvo quando elementares do crime.
B) as circunstâncias e as condições de caráter pessoal se comunicam, salvo quando elementares ao crime.
C) as circunstâncias e as condições de caráter pessoal nunca se comunicam.
D) as circunstâncias e as condições de caráter pessoal sempre se comunicam.

31. Assinale a afirmativa CORRETA quanto ao crime de furto:

- A) A pessoa que entra na casa de outra durante o repouso noturno, subtrai para si um notebook encontrado na área externa, e deixa o local, sem acordar os moradores, comete furto simples, sem incidência de aumento de pena.
B) O concurso de pessoas qualifica o furto a partir de 3 (três) agentes.
C) O emprego de chave falsa não qualifica o furto.
D) Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode aplicar somente a pena de multa.

32. Em relação ao funcionário público para fins penais é INCORRETO afirmar:

- A) Considera-se funcionário público quem, embora transitoriamente, exerce cargo, emprego ou função pública.
B) Considera-se funcionário público quem, embora sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
C) Equipara-se a funcionário público o advogado que, em conluio com servidor público, obtém, junto ao INSS (Autarquia Previdenciária Federal), benefício previdenciário fraudulento em favor de constituinte.
D) Equipara-se a funcionário público quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para execução de atividade típica da Administração Pública.

33. A Lei 13.964/2019 incluiu no Código de Processo Penal o art. 28-A, pelo qual o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal (ANPP). Sobre o acordo, é CORRETO afirmar:

- A) É aplicável quando não seja caso de arquivamento do Inquérito Policial e tenha o investigado confessado formal e circunstanciadamente a prática de qualquer infração penal.
B) O juiz poderá recusar homologação à proposta de ANPP.
C) O Ministério Público não poderá indicar outra condição, além das previstas no art. 28-A do Código de Processo Penal.
D) O ANPP terá prioridade de aplicação nos casos de cabimento de transação penal de competência dos Juizados Especiais Criminais.

34. É CORRETO afirmar:

- A) Quando o Ministério Público dispensar o inquérito policial, o prazo para o oferecimento da denúncia contar-se-á da data em que tiver recebido as peças de informações ou a representação.
B) O prazo para o aditamento da queixa será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos.
C) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 10 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial.
D) A queixa, quando a ação penal for privativa do ofendido, não poderá ser aditada pelo Ministério Público.

35. Na instrução do processo comum criminal, é CORRETO afirmar:

- A) Recebida a denúncia, o juiz designará audiência de custódia para ouvir o denunciado.
B) Na audiência de instrução, as testemunhas serão inquiridas após a tomada de declarações do ofendido.
C) Apresentada a resposta à acusação pelo acusado, o juiz deverá absolvê-lo sumariamente quando houver indícios de sua inocência.
D) Os processos que apurem a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.

36. É CORRETO afirmar:

- A) A desistência da inquirição de qualquer testemunha arrolada somente será possível com a concordância da outra parte.

- B) O Ministério Público não poderá desistir da inquirição de qualquer das testemunhas arroladas .
- C) O acusado poderá desistir da inquirição de qualquer das testemunhas arroladas.
- D) Só é permitida a desistência de até a metade das testemunhas arroladas e com a concordância da outra parte.

37. No que tange à comunicação eletrônica dos atos processuais no contexto da lei 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, marque a alternativa **INCORRETA**:

A) As cartas precatórias, rogatórias, de ordem e, de um modo geral, todas as comunicações oficiais que transitem entre órgãos do Poder Judiciário, bem como entre os deste e os dos demais Poderes, serão feitas obrigatoriamente por meio eletrônico.

B) Os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.

C) Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.

D) Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico.

38. Segundo a lei nº 11419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial e altera o Código de Processo Civil, marque a alternativa **INCORRETA**:

A) Quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas somente até as 20 (vinte) horas do seu último dia.

B) Aplica-se o disposto na referida Lei, indistintamente, aos processos civil, penal e trabalhista, bem como aos juizados especiais, em qualquer grau de jurisdição.

C) Consideram-se realizados os atos processuais por meio eletrônico no dia e hora do seu envio ao sistema do Poder Judiciário, do que deverá ser fornecido protocolo eletrônico.

D) Para o disposto na citada Lei, transmissão eletrônica toda forma de comunicação a distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores.

39. Acerca do processo eletrônico, lei 11.419/2006, assinale a alternativa **INCORRETA**:

A) Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

B) Os sistemas de informações pertinentes a processos eletrônicos devem possibilitar que advogados, procuradores e membros do Ministério Público cadastrados, mas não vinculados a processo previamente identificado, acessem automaticamente todos os atos e documentos processuais armazenados em meio eletrônico, desde que demonstrado interesse para fins apenas de registro, salvo nos casos de processos em segredo de justiça.

C) a conservação dos autos do processo poderá ser efetuada total ou parcialmente por meio eletrônico.

D) O acesso de que trata este artigo dar-se-á por qualquer meio tecnológico disponível, preferentemente o de maior custo, considerada sua eficiência.

40. Ainda sobre o processo eletrônico, lei 11.419/2006, assinale a alternativa **CORRETA**:

I - As citações, intimações, notificações, e remessas que viabilizem o acesso à íntegra do processo correspondente não serão consideradas vista pessoal do interessado para todos os efeitos legais.

II - No processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, inclusive da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico, na forma desta Lei.

III - Quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização de citação, intimação ou notificação, esses atos processuais poderão ser praticados segundo as regras ordinárias, digitalizando-se o documento físico, que deverá ser posteriormente destruído.

A) Apenas a afirmação I está correta

B) II e III estão corretas

C) Todas estão corretas

D) Apenas a afirmação III está correta

RASCUNHO

RASCUNHO

